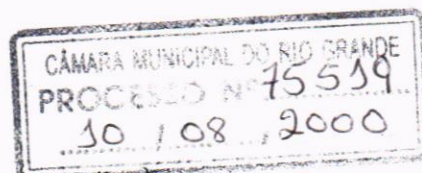




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM/200

*Arb  
em 10/08/2000  
15.30  
[Signature]*

Rio Grande, 09 de agosto de 2000.

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa para apreciação e aprovação o Projeto de Lei nº 030, que **ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI 5.354, DE 11 DE OUTUBRO DE 1999.**

Certo de que os nobres Edis saberão avaliar o Projeto de Lei ora submetido a esta Egrégia Câmara, com à habitual imparcialidade e em favor dos interesses da nossa comunidade, colhemos o ensejo para renovar a V.Ex<sup>a</sup>. e Nobres Pares nossos protestos de mais alta estima e consideração.

Respeitosamente.

34  
**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**

Prefeito Municipal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
DANÚBIO SOARES  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 030, de 09 de agosto de 2000.**

**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º  
DA LEI 5.354, DE 11 DE OUTUBRO  
DE 1999.**

**Art. 1º** – Fica alterado o Artigo 2º da Lei nº 5.354, de 11 de outubro 1999, que passa a ter a seguinte redação:

**"Art. 2º** – A JARI é integrada pelos seguinte membros, cada qual com um suplente, com reconhecida experiência em matéria de trânsito:

- I – um presidente da JARI, portador de curso superior, indicado pelo Prefeito Municipal;
- II – um representante da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**;
- III – um representante da comunidade.

**§ 1º** – O representante da comunidade será escolhido por votação pela Câmara Municipal de Vereadores, entre os nomes de uma lista tríplice encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RG.

**§ 2º** – Todos os membros da JARI só serão empossados após aprovação em exame de suficiência sobre Legislação de Trânsito, que tenha obtido, no mínimo, sessenta por cento de aproveitamento.

**§ 3º** – O mandato dos membros da JARI é de um ano, admitida a recondução.

**§ 4º** – O regimento interno da JARI será aprovado por decreto do Poder Executivo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

**§ 5º** – Os membros da JARI perceberão por sessão a que comparecerem, JETON no valor de R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

**§ 6º** – Os membros suplentes perceberão as mesmas vantagens dos seus titulares, quando os substituírem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

**§ 7º** – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Transportes."

**Art. 2º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 15 de junho de 2000.

**Art. 3º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 09 de agosto de 2000.

**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**  
Prefeito Municipal

Cc: SECRETARIAS/PJ/CM/Publicação





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.354, de 11 de outubro de 1999

**CRIA A JUNTA  
ADMINISTRATIVA DE RECURSOS  
DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei.

**Art. 1º** - Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, órgão colegiado, responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pela autoridade de trânsito do Município de Rio Grande em cumprimento ao disposto no Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 2º** - A JARI é integrada pelos seguinte membros, cada qual com um suplente, com reconhecida experiência em matéria de trânsito:

- I - um presidente da JARI, portador de curso superior, indicado pelo Prefeito Municipal;
- II - um representante da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**;
- III - um representante da comunidade.

**§ 1º** - O representante da comunidade será escolhido por votação pela Câmara Municipal de Vereadores, entre os nomes de uma lista tríplice encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RG.

**§ 2º** - Todos os membros da JARI só serão empossados após aprovação em exame de suficiência sobre Legislação de Trânsito, que tenha obtido, no mínimo, sessenta por cento de aproveitamento.

**§ 3º** - O mandato dos membros da JARI é de um ano, admitida a recondução.

**§ 4º** - O regimento interno da JARI será aprovado por decreto do Poder Executivo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 5º - Os membros da JARI perceberão por sessão a que comparecerem, até o limite máximo de quatro por mês, um valor correspondente a 1/30 ( um trinta avos ) da remuneração do Cargo em Comissão Símbolo V, constante do Quatro de Cargos em Comissão e Função de Direção e Chefia, a que alude o Art. 3º, inciso III, da Lei nº 5. 030, de 11 de janeiro de 1996.

**Art. 3º - A SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES** deverá providenciar infra-estrutura e tomar todas as providências necessárias para o bom funcionamento da JARI, designado, inclusive, funcionário para o seu acompanhamento.

**Art. 4º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 11 de outubro de 1999.



**WILSON MATTOS BRANCO**  
Prefeito Municipal

Cc: SECRETARIAS/PJ/CM/Publicação